

OCDE Environmental Outlook to 2030

Summary in Portuguese

Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030

Sumário em Português

- Como irá o desenvolvimento económico e social condicionar o estado do ambiente até 2030? Quais as políticas a adoptar para enfrentar os principais desafios ambientais? Como podem os países membros e os não-membros da OCDE colaborar melhor na abordagem conjunta destes desafios?
- O Relatório “*Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030*” fornece análises sobre as tendências económicas e ambientais para 2030, e simulações das medidas possíveis para enfrentar os principais desafios. Sem novas políticas, corremos o risco de danificar de forma irreversível o ambiente e a base de recursos naturais necessária ao crescimento económico e ao bem-estar. O custo da inacção política é elevado.
- Mas este Relatório mostra que resolver os problemas ambientais que enfrentamos actualmente - incluindo as alterações climáticas, perda de biodiversidade, escassez de água e impactos da poluição sobre a saúde – é algo simultaneamente exequível e financeiramente viável. Também sublinha um conjunto de políticas que podem abordar estes desafios de uma forma rentável. Este Relatório é o aprofundamento da edição de 2001, procurando reflectir os desenvolvimentos quer nos países da OCDE quer no Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China, África do Sul (BRIICS), e como poderiam cooperar melhor na resolução dos problemas ambientais a nível global e local.

Este Relatório sobre as *Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030* baseia-se em projecções das tendências económicas e ambientais para 2030. Os principais desafios ambientais para o futuro são classificados de acordo com um sistema de tipo “semáforo” (ver Tabela 0.1). Este Relatório apresenta igualmente simulações das medidas necessárias para a abordagem àqueles desafios, incluindo os seus potenciais impactes ambientais, económicos e sociais.

Tabela 0.1. Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030

	 [Luz Verde]	 [Luz Amarela]	 [Luz Vermelha]
Alterações climáticas		<ul style="list-style-type: none"> Redução das emissões de GEE por unidade de PIB 	<ul style="list-style-type: none"> Emissões globais de GEE Evidência crescente de um clima em mudança
Biodiversidade e recursos naturais renováveis	<ul style="list-style-type: none"> Área florestal nos países da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão florestal Áreas protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos ecossistemas Extinção de espécies Espécies exóticas invasoras Florestas tropicais Desflorestação ilegal Fragmentação dos ecossistemas
Água	<ul style="list-style-type: none"> Poluição hídrica por fontes pontuais nos países da OCDE (indústria, municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade das águas superficiais e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de água Qualidade da água subterrânea Água para utilização agrícola & poluição
Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Emissões de SO₂ e NOx dos países da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> PM e ozono troposférico Emissões dos transportes rodoviários 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do ar urbano
Resíduos & substâncias químicas perigosas	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de resíduos nos países da OCDE Emissões de CFCs nos países da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de resíduos municipais Emissões de CFCs dos países em desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão e transporte de resíduos perigosos Gestão de resíduos nos países em desenvolvimento Substâncias químicas no ambiente e em produtos

LEGENDA (do sistema de tipo semáforo): **Luz verde** = questões ambientais que estão a ser correctamente geridas, ou para as quais se verificam melhorias significativas a nível de gestão nos últimos anos, mas relativamente às quais os países deverão permanecer vigilantes. **Luz amarela** = questões ambientais que permanecem um desafio, mas cuja gestão está a melhorar, ou para as quais o estado actual é incerto, ou que tenham sido correctamente geridas no passado mas que actualmente o são menos. **Luz vermelha** = questões ambientais que não são bem geridas, se encontram em mau estado ou a piorar, e que requerem atenção urgente. Todas as tendências são globais, a não ser que seja especificado que assim não é.

A acção é financeiramente exequível: cenários e custos das políticas

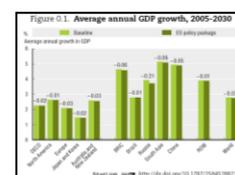
Este Relatório sublinha algumas questões, classificadas com “luz vermelha”, que necessitam ser urgentemente abordadas. Os cenários políticos deste Relatório indicam que as políticas e tecnologias necessárias para enfrentar estes desafios se encontram disponíveis e são financeiramente exequíveis. As medidas ambiciosas para proteger o ambiente podem aumentar a eficácia da economia e reduzir a despesa com a saúde. A longo prazo, para muitos destes desafios ambientais, os benefícios de uma acção antecipada irão provavelmente exceder os custos.

Como exemplo, foi feita a simulação de um “Pacote Global de Políticas para as Perspectivas Ambientais da OCDE (PA)” (Pacote de políticas para PA, ver Capítulo XX). Este Pacote mostra que, ao combinar acções políticas

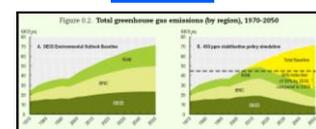
específicas, alguns dos desafios ambientais fundamentais podem ser abordados com um custo pouco superior a 1% do PIB mundial em 2030, ou aproximadamente 0,03 pontos percentuais abaixo do crescimento médio anual do PIB até 2030 (Figura 0.1). Assim, até àquela data, o PIB mundial crescerá aproximadamente 97%, em vez dos 99% previstos. Perante tal cenário, as emissões de óxidos de azoto e óxidos de enxofre diminuiriam cerca de um terço em 2030, enquanto que, num cenário de referência sem o lançamento de novas políticas são previstas poucas alterações, e para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) o aumento seria limitado a 13%, em vez de 37%.

Seria necessário um plano de acção mais ambicioso que o Pacote Global de Políticas PA para estabilizar as concentrações de GEE nos níveis que têm sido considerados nas discussões internacionais (Figura 7.5). Um outro cenário foi simulado em que se incluíram as políticas necessárias para estabilizar a concentração atmosférica em 450ppm CO₂eq, um dos objectivos mais ambiciosos que tem sido discutido. Esta simulação mostra que para alcançar este objectivo, é necessário que todos os países tomem medidas para atingir uma redução de 39% nas emissões globais de GEE até 2050 relativamente aos níveis de 2000 (Figura 0.2). Neste caso, o PIB teria uma redução, em relação às estimativas do cenário base, de 0,5% e 2,5% respectivamente para 2030 e 2050, o que é equivalente a uma redução no crescimento anual do PIB de cerca de 0,1 pontos percentuais em média. Quanto mais países e sectores participarem na acção de mitigação das alterações climáticas, menos dispendioso e mais eficaz será travar as emissões globais dos GEE. No entanto, estes custos não estão distribuídos de forma equilibrada por todas as regiões como podemos observar na Figura 0.1. Tal sugere a necessidade de uma repartição apropriada de responsabilidades inserida num quadro internacional de cooperação para protecção do clima mundial. Ao mesmo tempo que os países da OCDE deveriam tomar a liderança, uma maior cooperação com um grupo mais vasto de economias emergentes, em particular os países “BRIICS” (Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul), poderia conduzir ao sucesso de atingir os objectivos ambientais comuns e com custos menores.

[Fig. 0.1]. Crescimento anual médio do PIB em 2005-2030

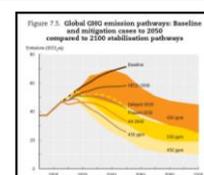


[Fig. 7.5] Tendências das emissões globais de GEE: Cenário base e cenários de mitigação para 2050 comparadas com as tendências de estabilização em 2100¹



Fonte: Cenário Base das Perspectivas Ambientais da OCDE e simulações de políticas; e van Vuuren *et al.*, 2007.

[Fig. 0.2] Total das emissões de gases com efeito de estufa (por região), 1970-2050²



- a) Cenário Base das Perspectivas Ambientais da OCDE
- b) 450ppm simulação de política de estabilização

As consequências da inacção das políticas ambientais

Se não forem concretizadas novas medidas corremos o risco, nas próximas décadas, de alterar irreversivelmente as bases ambientais para uma prosperidade económica sustentável. Para evitar tal situação, torna-se necessário implementar medidas urgentes para fazer face em particular às questões classificadas com “luz vermelha”, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de água e os impactes da poluição e

¹ Nota: OCDE 2008 = todos os países da OCDE aplicam uma taxa aos GEE de 25 USD por tonelada de CO₂-eq; Adiado para 2020 = todos os países aplicam a taxa, mas apenas a partir de 2020; Faseado em 2030 = os países da OCDE aplicam a taxa em 2008, os BRIC em 2020 e o Resto do Mundo em 2030; Todos 2008 = todos os países aplicam a taxa, a partir de 2008; 450ppm = cenário para estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera em 450 ppm CO₂-eq; Para todos os casos de 25 USD, a taxa crescerá cerca de 2% por ano, após o ano inicial de introdução.

² Nota: BRIC = Brasil, Rússia, Índia, China. RDM = Resto do Mundo.

substâncias químicas perigosas na saúde (Tabela 0.1).

Sem a existência de novas políticas, em 2030 prevê-se, por exemplo:

- As emissões globais de GEE crescerão mais de 37% até àquela data, e 52% até 2050 (Figura 0.2a). Tal poderá resultar, até 2050, num aumento da temperatura

Opções políticas chave

Actualmente existe uma oportunidade de introduzir mudanças políticas ambiciosas para enfrentar os principais problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. As estratégias de investimento que estão a ser desenvolvidas, actualmente, precisam de ser orientadas de forma a garantir um ambiente melhor, em particular as que irão incorporar, e manter nas próximas décadas, as actuais formas de energia, as infra-estruturas de transporte e o parque habitacional. As acções necessárias são as seguintes:

- Utilizar de um conjunto de políticas complementares para abordar os maiores e mais complexos problemas ambientais, com forte ênfase em instrumentos de mercado, como taxas e comércio de licenças, de forma a reduzir os custos da acção.
- Dar prioridade à acção em sectores que conduzem à degradação ambiental: energia, transporte, agricultura e pesca. Os ministros do ambiente não podem fazer tudo sozinhos. As preocupações ambientais precisam de ser integradas em todos os processos de consolidação de políticas pelos ministérios relevantes incluindo as finanças, economia e comércio, e devem ser reflectidas em todas as decisões de produção e de consumo.
- Garantir que a globalização pode levar a uma utilização mais eficaz dos recursos e o desenvolvimento e difusão da eco-inovação. Empresas e indústrias devem ter um papel de liderança, mas os governos devem implementar medidas de longo prazo claras e consistentes, para incentivar a eco-inovação e salvaguardar os objectivos sociais e ambientais.
- Melhorar as parcerias entre os países membros e os não-membros da OCDE para enfrentar os desafios ambientais globais. Em particular, Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul (BRIICS) são os principais parceiros devido à sua crescente influência na economia mundial e à sua crescente responsabilidade nos problemas ambientais globais. Para além disso, a cooperação ambiental entre países membros e não-membros da OCDE pode ajudar a difundir o conhecimento e as melhores práticas tecnológicas.
- Reforçar a governação internacional na área do ambiente para melhor lidar com os desafios ambientais transfronteiriços e globais.
- Reforçar a dimensão ambiental nos programas de cooperação para o desenvolvimento, e promover políticas mais coerentes.

© OECD 2008

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

